

Demonstrações Financeiras

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A

30 de junho de 2022

com relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório de Administração

Junho de 2022



Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 30 de junho de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. encerrou o primeiro semestre de 2022 com um lucro de R\$ 389 mil. A Administração mantém foco no controle de custos e busca uma gestão eficiente do caixa.

Índice de Basiléia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2022, o Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial era de 36,51%.

Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes a atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Agradecimentos

A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

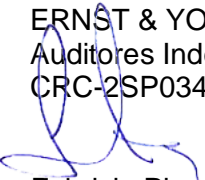
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

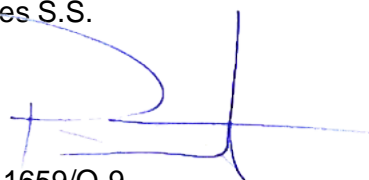


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Fabricio Pimenta
Contador CRC- 1SP241659/O-9



CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades	4	38	111	Provisões	8	692	559
Instrumentos Financeiros		25.823	26.151	Outras Obrigações		759	2.082
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	25.823	25.679	Diversos	9	759	2.082
Títulos e Valores Mobiliários	6	-	472	Obrigações Fiscais Diferidas	11. c	2.258	2.258
Outros Ativos		1.411	1.810	Patrimônio Líquido		23.563	23.173
Diversos	7	1.411	1.810	Capital social		12.595	12.595
				De domiciliados no País	12. a	12.595	12.595
				Reserva Legal		2.519	2.519
				Reserva Especial de Lucro		8.060	8.059
				Lucros Acumulados		389	-
Total do Ativo		27.272	28.072	Total do Passivo		27.272	28.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
Receitas da intermediação financeira		1.322	346
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	1.322	346
Resultado bruto da intermediação financeira		1.322	346
Outras receitas (despesas) operacionais		(671)	(723)
Outras despesas administrativas	16	(295)	(294)
Despesas tributárias	17	(62)	(17)
Outras receitas operacionais	18	38	247
Outras despesas operacionais	19	(352)	(659)
Resultado operacional		651	(377)
Resultado não operacional		(36)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		615	(377)
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.a	(226)	14
Provisão para imposto de renda		(137)	(17)
Provisão para contribuição social		(89)	(17)
Reversão de passivo fiscal diferido		-	48
Lucro (Prejuízo) líquido dos semestres		389	(363)
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	12.a	4.686	4.686
Lucro por lote de mil ações - em R\$		83,01	(77,47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestres	389	(363)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>389</u>	<u>(363)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.519	7.685	-	22.799
Prejuízo do semestre	-	-	-	(363)	(363)
Saldos em 30 de Junho de 2021	12.595	2.519	7.685	(363)	22.436
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	12.595	2.519	8.059	-	23.173
Lucro do semestre	-	-	-	389	389
Saldos em 30 de Junho de 2022	12.595	2.519	8.059	389	23.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido dos semestres		389	(363)
Ajustes ao lucro:			
Depreciação e amortização	19	6	3
Provisões para riscos	10.b	147	417
Total dos ajustes		153	420
Lucro líquido ajustado		542	57
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(303)	(110)
Redução em títulos e valores mobiliários		472	(6)
Redução em outros ativos		399	43
Redução em outras obrigações		(548)	(551)
Provisões pagas		(32)	-
Impostos pagos		(762)	(26)
Caixa líquido (aplicado) oriundo nas atividades operacionais		(775)	(650)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(232)	(593)
No início dos semestres	4	19.524	18.646
No fim dos semestres	4	19.292	18.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras, e posteriormente para o ano de 2022, a Resolução CMN nº 4.910/21. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade das diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; c) Divulgação dos resultados não-recorrentes.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;

Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação;
Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo;e
Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Títulos e valores mobiliários

São classificados na carteira de “negociação”, avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

A Corretora, em conformidade com o CPC 46 / Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social, até 30 de junho de 2022, era de 15% do lucro antes dos impostos.

h) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do

valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	jun/22	jun/21
Disponibilidades	38	31
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.254	18.022
Total	19.292	18.053

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Junho de 2022			Dezembro de 2021		
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.254	6.569	25.823	19.413	6.266	25.679
Total	19.254	6.569	25.823	19.413	6.266	25.679

Em 30 de junho de 2022, e em 31 de dezembro de 2021, as aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 6.569 (R\$ 6.266 em 2021), referem-se a recursos financeiros garantidos em “escrow account”, devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	Junho de 2022		Dezembro de 2021	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)				
Até 3 meses	-	-	472	472
Total de títulos para negociação	-	-	472	472
Circulante	-	-	472	472
Total de títulos e valores mobiliários	-	-	472	472

A Corretora em 30 de junho de 2022 não possui títulos e valores mobiliários custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A posição existente em 31 de dezembro de 2021 foi liquidade março de 2022.

7. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS

	jun/22	dez/21
Impostos e contribuições a compensar	833	827
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 10.a)	570	896
Despesas antecipadas	7	38
Outros	1	49
Total	<u>1.411</u>	<u>1.810</u>
Circulante	8	89
Não Circulante	1.403	1.721

8. PROVISÕES

	jun/22	dez/21
Provisão para riscos trabalhistas (*)	618	503
Fornecedores a pagar	28	10
Publicação e serviços de assessoria	46	46
Total	<u>692</u>	<u>559</u>
Circulante	74	56
Não Circulante	618	503

(*) Refere-se as ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 10a).

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	jun/22	dez/21
Dividendos a pagar	125	125
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	225	688
Impostos e contribuições a recolher	13	11
Credores - Conta Liquidações Pendentes	396	1.258
Total	<u>759</u>	<u>2.082</u>
Circulante	759	2.082

10. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

Descrição	Junho de 2022		Dezembro de 2021	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Provisões para riscos cíveis: (a)	-	-	-	124
Provisões para riscos trabalhistas: (b)	618	570	503	772
Total	618	570	503	896

- (a) Em 30 de junho de 2022, a Corretora possuía 5 processos de natureza cível (5 em dezembro de 2021), no montante total de R\$ 154 (R\$362 em dezembro de 2021), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.
- (b) Em 30 de junho de 2022, a Corretora possui 3 processos de natureza trabalhista (3 em dezembro de 2021), sendo 2 classificados como prováveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 618 (2 em dezembro de 2021, no montante de R\$ 503), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 989 (1 em dezembro de 2021, no montante de R\$ 4).

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	800	-	800
Constituição (nota nº 19)	22	649	671
Reversão (nota nº 18)	(304)	-	(304)
Pagamento processo	(15)	(649)	(664)
Saldo em 31/12/2021	503	-	503

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	503	-	503
Constituição (nota nº 19)	115	32	147
Reversão (nota nº 18)	-	-	-
Pagamento processo	-	(32)	(32)
Saldo em 30/06/2022	618	-	618

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	615	(377)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%.	(234)	113
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(48)	(36)
Outras despesas indedutíveis/outras receitas não tributáveis	(48)	(36)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	(46)	(114)
Reversão de provisões para contingências cíveis	-	(195)
Constituição (Reversão) de provisões para contingências trabalhistas	(46)	69
Outros	-	12
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada	102	15
Reversão de passivo fiscal diferido	-	36
Resultado de imposto de renda e da contribuição social dos semestres	<u>(226)</u>	<u>14</u>

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	14.461	14.563
Outras provisões temporárias	543	497
Total de créditos tributários não contabilizados	<u>15.004</u>	<u>15.060</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
PIS a recolher - "Escrow Account"	(32)	(32)
COFINS a recolher - "Escrow Account"	(202)	(202)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(759)	(759)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.265)	(1.265)
Total de obrigações diferidas	<u>(2.258)</u>	<u>(2.258)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dez/20	Realização	Saldo em 31 de dez/21
PIS a recolher - "Escrow Account"	(49)	17	(32)
COFINS a recolher - "Escrow Account"	(302)	100	(202)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.133)	374	(759)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.887)	622	(1.265)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(24)	24	-
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(40)	40	-
Total	(3.435)	1.177	(2.258)

	dez/21	Realização	jun/22
PIS a recolher - "Escrow Account"	(32)	-	(32)
COFINS a recolher - "Escrow Account"	(202)	-	(202)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(759)	-	(759)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.265)	-	(1.265)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	-	-
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	-	-
Total	(2.258)	-	(2.258)

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas

Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizavam R\$ 2.114 (R\$ 2.057 em dezembro de 2021).

	<u>1 anos</u>	<u>2 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações diferidas	1.129	1.129	2.258

As obrigações diferidas serão realizados em conformidade com os prazos definidos no contrato de "Escrow Account" para a liberação dos recursos que estão bloqueados.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2022, e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 4.685.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em 31 de

dezembro de 2021, foi proposto o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 125 (R\$ 33 em 2020).

Em 26 de julho de 2022, a Corretora pagou dividendos, no montante de R\$ 125, aprovados em Assembléia Geral Ordinária de 20 de abril de 2022.

c) Reservas de lucro

As reservas de lucros foram constituídas em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 4.872/20. Conforme estatuto social, foram constituídas reservas de lucro de R\$ 389 (R\$ 374 em 2021).

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado da Corretora. Em 30 de junho de 2022 e em 2021, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	<u>Grau de relação</u>	<u>Junho de 2022</u>		<u>Dezembro de 2021</u>	
		<u>Ativo</u> <u>(passivo)</u>	<u>Receita</u> <u>(despesas)</u>	<u>Ativo</u> <u>(passivo)</u>	<u>Receita</u> <u>(despesas)</u>
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	20	-	86	-
Aplicação interfinanceiras de liquidez Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	19.254	1.010	19.413	825
Outras obrigações - sociais e estatutárias Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(125)	-	(125)	-

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/GestaoRisco/Paginas/GestaoDeRisco.aspx

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.958/21, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basiléia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A, apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 30 de junho de 2022, é de 36,51% (38,29% em dezembro de 2021).

15. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	jun/22	jun/21
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.313	338
Resultado com títulos de renda fixa	<u>9</u>	<u>8</u>
Total	<u>1.322</u>	<u>346</u>

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Comunicação	(11)	(10)
Processamento de dados	(26)	(39)
Serviços do sistema financeiro	(40)	(67)
Serviços técnicos especializados	(136)	(87)
Serviço de terceiros	(21)	(36)
Publicações	(11)	(19)
Seguros	(22)	(22)
Outras	<u>(28)</u>	<u>(14)</u>
Total	<u>(295)</u>	<u>(294)</u>

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
COFINS	(53)	(14)
PIS	(9)	(2)
Outras	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(62)</u>	<u>(17)</u>

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Atualização de depósitos judiciais	18	2
Reversão de provisões operacionais	18	-
Reversão de provisões trabalhistas	-	235
Outros	<u>2</u>	<u>10</u>
Total	<u>38</u>	<u>247</u>

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(147)	(655)
Outras despesas	<u>(205)</u>	<u>(4)</u>
Total	<u><u>(352)</u></u>	<u><u>(659)</u></u>

20. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os saldos dos resultados não recorrentes em 30 de junho de 2022 e de 2021, estão assim demonstrados:

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Processo cível (CVM)	(32)	(454)
Prejuízo na venda de imobilizado	<u>(36)</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>(67)</u></u>	<u><u>(454)</u></u>

21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Administração acompanha os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. Até o momento, não houve qualquer impacto nas atividades da Corretora.

A Diretoria

Contator

Ricardo Teixeira Ambros

CRC 1SP 290.871/O-8